

Tutela Coletiva

GRUPO IV | Questões utilizadas na Prova Oral

21 de setembro de 2026

Manhã | Ponto 6 | Questão 06

Em determinado Estado, usuários do SUS vêm ajuizando numerosas demandas individuais relacionadas à insuficiência de determinada prestação de saúde. Paralelamente, o Ministério Público propõe ação civil pública visando à correção da deficiência sistêmica, envolvendo Município, Estado e União. No curso da apuração extrajudicial, surgem ainda indícios de falhas na execução orçamentária da saúde e de benefícios fiscais capazes de reduzir receitas públicas relevantes para o financiamento de políticas públicas.

- a) Considerando a organização constitucional do SUS, explique como a responsabilidade solidária dos entes federativos pela prestação do direito à saúde se compatibiliza com a repartição administrativa de competências e responsabilidades entre União, Estados e Municípios.
- b) Diante da coexistência da ação civil pública e das numerosas demandas individuais originadas da mesma macrolide, examine se há litispendência entre elas e explique, à luz do Tema 60 do STJ, em que condições as ações individuais podem ser suspensas.
- c) No mesmo contexto, examine a legitimidade do Ministério Público para fiscalizar a execução orçamentária e o gasto tributário, indicando o objeto e os limites desse controle diante das escolhas orçamentárias e fiscais atribuídas aos Poderes Executivo e Legislativo.

Tarde | Ponto 7 | Questão 07

O Município celebrou contrato de concessão de transporte coletivo e, posteriormente, aditivo que ampliou os pagamentos públicos à concessionária. Organizações da sociedade civil alegam ausência de divulgação dos estudos que justificaram o aditivo e relatam dificuldades para obter informações sobre os valores pagos. Um cidadão ajuizou ação popular visando à invalidação do aditivo por lesão ao patrimônio público, mas, no curso do processo, abandonou a demanda. Paralelamente, a concessionária passou a cobrar de milhares de usuários, de forma uniforme, tarifa adicional (taxa de recarga) para vale-transporte aos usuários, não prevista originalmente, levando o Ministério Público a instaurar procedimento para buscar solução coletiva.

- a) Diante do abandono da ação popular pelo cidadão, examine a posição e as atribuições do Ministério Público nessa ação, inclusive quanto ao seu prosseguimento e à execução de eventual sentença condenatória.
- b) Quanto às informações relativas ao contrato, ao aditivo e aos pagamentos públicos, diferencie transparência ativa e passiva e explique sua relação com o controle social e com a tutela preventiva do patrimônio público.
- c) Quanto à cobrança uniforme imposta aos usuários, explique como podem ser articuladas a tutela dos direitos individuais homogêneos e a reparação do dano moral coletivo, indicando em que sentido este pode ser considerado *in re ipsa* e qual a utilidade dos meios extrajudiciais para a prevenção e reparação dos danos.

22 de setembro de 2026

Manhã | Ponto 4 | Questão 04

O Ministério Público apura deficiências na política municipal de assistência social, com insuficiência da rede de atendimento e prejuízos a usuários do SUAS. A apuração também identifica possível ato de improbidade relacionado à gestão dos recursos destinados à política pública.

- a) Considerando eventual ação civil pública, explique como a distinção entre direitos difusos e individuais homogêneos repercute na delimitação da tutela coletiva e na definição, durante o saneamento e a organização do processo, dos elementos previstos no art. 4º da Recomendação nº 76/2020 do CNJ.
- b) Na apuração do possível ato de improbidade, examine eventual acordo de não persecução cível: diferencie a consensualidade de colaboração da consensualidade de pura reprimenda e indique os resultados mínimos legalmente exigidos para o acordo.
- c) Para a adequada organização da política pública objeto da tutela coletiva, diferencie a Proteção Social Básica da Proteção Social Especial no SUAS e relacione-as às funções do CRAS, do CREAS e do Centro POP, esclarecendo o papel da Vigilância Socioassistencial.

Tarde | Ponto 2 | Questão 02

O Ministério Público recebe notícias reiteradas de contaminação de curso d'água por atividade industrial, com possíveis impactos sobre a saúde da população e aumento de atendimentos no SUS. A situação exige investigação, articulação entre órgãos públicos e definição de medidas de prevenção, reparação e acompanhamento continuado.

- a) Explique como devem ser articuladas a tutela ambiental e a tutela sanitária e indique de que modo o compromisso de ajustamento de conduta pode ser utilizado para a solução do problema.
- b) Examine a natureza e a função do inquérito civil e indique em que circunstâncias a atuação ministerial pode evoluir para um procedimento administrativo estrutural, considerando o dever de diálogo e a processualização dos procedimentos.
- c) Segundo a Recomendação de Caráter Geral nº 5/2025/CN do CNMP, quais são as etapas do ciclo estrutural de atuação e quais elementos devem orientar sua implementação e seu encerramento?